

Coluna do Castello

Os militares e o parlamentarismo

A preocupação atribuída aos escalões superiores das Forças Armadas com a introdução do parlamentarismo, idéia que estaria sendo por eles já assimilada, de que submeter nomes de oficiais gerais à votação da Câmara para que sejam aprovados, ou não, como ministros de Estado, poderia ser eliminada com a prática desse sistema de governo. No período curto do parlamentarismo a que se submeteu o presidente João Goulart, os ministros militares foram sempre selecionados no escalão de alto comando, o que certamente se repetiria até que as potencialidades do sistema produzissem pleno resultado.

Normalmente a solução adequada seria excluir os comandos das Forças Armadas do jogo político, colocando como intermediário entre eles e o meio político o Ministério da Defesa. Os estados-maiores se constituíram sempre segundo as normas da hierarquia e preservariam seu prestígio profissional e cívico independentemente do exercício de postos políticos. Isso não afetaria a importância das Forças Armadas no jogo de poder nacional. Mas a história brasileira oferece outro tipo de solução, eventual mas que se poderá tornar repetitiva, de ter civis nos ministérios militares. Isso ocorreu com frequência no Império e, na República, houve um famoso ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras, e o primeiro ministro da Aeronáutica foi o político Salgado Filho, identificado com o populismo getuliano.

O ministro Leônidas Pires Gonçalves alimentaria a esperança de que as formas de composição dos dois sistemas de governo cheguem a algo mais assimilável do que as proposições votadas nas comissões da Constituinte. As formas híbridas são menos confiáveis, não eliminam problemas e podem gerar outros, como se verifica agora na França com a disputa de poder entre o presidente Mitterrand e o primeiro-ministro Chirac. Se formas para o parlamentarismo melhor seria que o adotássemos na forma mais comum, com o corretivo do voto distrital que assegura a formação de maiorias estáveis para sustentação do governo. Começa, aliás, segundo o deputado Israel Piniheiro Filho, a emergir uma resistência ao voto distrital, que pode ser compatibilizada, tal como aconteceu na Alemanha, com a proporcionalidade, mediante a atribuição de metade da representação política ao sufrágio partidário.

Uma decorrência natural do parlamentarismo seria a compulsória formação de uma burocracia estável e competente, impossível de compor sob o sistema presidencialista de governo, dentro do qual o próprio governo federal e os governos estaduais e municipais não conseguem se submeter à lei que determina a escolha pelo mérito do servidor público. A estabilidade dos governos parlamentaristas não dependerá de atendimento a clientelas eleitorais mas de uma composição na qual os partidos têm de levar em conta seus programas de governo e sua aceitação pela opinião pública. O clientelismo, herança portuguesa, foi consolidado na República pelo mandonismo dos governadores e dos seus delegados junto ao governo central, de ânimo cartorial.

Outro problema oferecido pela imediata adoção do parlamentarismo seria o caráter de agressão à presidência do sr José Sarney, que impulsiona alguns dos partidários do sistema, mediante o qual se quer apenas um expediente para abreviar a duração efetiva do atual governo. Mas prazos podem e devem ser criados para implantação gradual do governo de gabinete que iria se instituir na plenitude ao se eleger um novo presidente e, se possível, um novo Congresso, idéia com a qual não convivem os detentores dos atuais mandatos.

O senador Marco Maciel, que tenta formar uma aliança nacional de caráter político, trabalha ostensivamente sob inspiração de sua convicção presidencialista. Isso não o impediria de adotar o ponto de vista consensual contra o qual se põe, em princípio, também o presidente do PMDB, o partido-chave da coligação dominante. Uma coisa, no entanto, o sr Maciel já percebeu, e é que as formas híbridas são as menos aconselháveis.

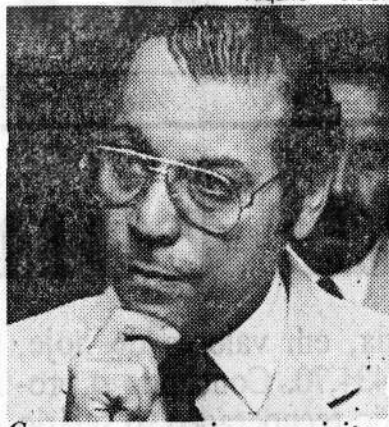
A entrevista de Getúlio

O senador Pompeu de Sousa completa a informação sobre a primeira entrevista coletiva concedida pelo presidente Getúlio Vargas em 1945. Naquela época o senador era editor político do *Diário Carioca* e como tal atendeu à convocação para a entrevista, que não se realizou no Catete mas no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Reunidos os principais redatores políticos da imprensa carioca e os correspondentes paulistas, Vargas mandou distribuir cópias da lei constitucional, que acabara de baixar, convocando eleições gerais para dezembro. Anunciou o fato e levantou-se. Mas Pompeu de Sousa interrompeu-o e disse: "Presidente, nós fomos convocados não para receber um papel mas para uma entrevista coletiva". O presidente disse: "Ah vocês querem perguntar?" e sentou-se novamente. O bombardeio começou sob a batuta do nosso ardoroso senador. Atrás do presidente dava-lhe assessoria a senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

Carlos Castello Branco



Feldman: defesa do verde



Campos organizou a visita

Constituintes vêm a destruição do Pantanal

Silvio Andrade

CUIABÁ E CAMPO GRANDE — "Não quero pedir a eles, não acredito no que falam. Isto aqui é um passeio político, nada mais." O ceticismo da declaração do fiscal do IBDF Roberto Tadeu Sales, 32 anos, acostumado a ver passar por sua vulnerável barreira comitivas sensibilizadas com as questões ambientais que em nada contribuem, pode, perfeitamente, definir o que foi a visita de três dias de 11 constituintes da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente ao Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Uma visita onde se mostraram superficialmente os problemas de agressão à natureza.

No Mato Grosso, a programação coube ao deputado Júlio Campos (PFL), ex-governador e membro da subcomissão. Embalado pelo slogan de JK — desenvolver 50 anos em 5 —, Campos autorizou a instalação de oito destilarias de álcool dentro do Pantanal e cruzou os braços à proliferação criminosa de garimpos na periferia da reserva, responsáveis hoje por uma média de 40 toneladas/ano de mercúrio jogado nos rios que integram a bacia hidrográfica do rio Paraguai e a formação de verdadeiras planícies em meio a uma vegetação exuberante. O parlamentar tentou retardar ao máximo a viagem de ônibus pela rodovia Transpantaneira para que a comitiva não notasse a destruição provocada pelos garimpos.

Sem Fiscais — No Mato Grosso do Sul, que absorve o efeito danoso das agressões sofridas pelo Alto Pantanal, somado à ação predatória do *coureiro* (caçador de jacarés), ausência de fiscalização e ameaça do agrotóxico usado na monocultura, os constituintes acabaram visitando fazenda Caiman, do empresário Roberto Klabin, tida como exemplo de preservação, no município de Miranda. O roteiro foi organizado pelo governo do estado e pelo deputado federal Walter Pereira (PMDB-MS), membro da Subcomissão de Reforma Agrária, que ignorava a cidade de Corumbá, que detém 1/3 do Pantanal e onde a degradação tem sido mais intensa. O uso de um helicóptero da FAB para sobrevôos no Caiman foi um esforço inútil, como o foi a instalação de equipamentos de som pela Secretaria

Arquivo — 30/11/81



Abi-Ackel espera volta

de Comunicação Social para os constituintes ouvirem o dono da fazenda mostrar seu projeto de incentivo ao turismo ecológico. Foi preciso os constituintes intervirem para mudar o curso da visita, que em nada contribuiu.

Levar ao Presidente — Se conhecesse o Pantanal e sua realidade, o roteiro teria sido outro — lamentou o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), presidente da subcomissão e conhecido no meio ambientalista como defensor das vítimas de Cubatão. "A impressão que tivemos da audiência pública em Campo Grande foi um sucinto recado: Não mexam conosco", deduziu o relator Carlos Mosconi (PMDB-MG), que teve a iniciativa de, pelo pouco que viu, comprometer todo o grupo a elaborar um dossiê para o presidente da República, a quem pedirá audiência na próxima semana. "Não será apenas a Constituinte que pode salvar o Pantanal. O garimpo e a caça predatória têm que ser proibidos já. O governo não pode continuar como cúmplice do crime que se pratica aqui", afirmou.

A visita dos constituintes Fábio Feldmann, Raimundo Rezende (PMDB-MG), Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Carlos Mosconi, Eduardo Jorge (PT-SP), Eduardo Moreira (PMDB-SC), Geraldo Alkimim (PMDB-SP), Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Júlio Campos (PFL-MT), Joaquim Sucena (PMDB-MT) e Ruy Nader (PMDB-RS) teve início na última sexta-feira, a bordo do velho Avro da Força Aérea Brasileira que decolou de Brasília com excesso de passageiros. Além de um batalhão de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas e assessores da subcomissão, integraram a comitiva Leonardo, cinco anos, filho do deputado petista Eduardo Jorge, e a esposa de um dos tripulantes.

A viagem de ônibus de Cuiabá à fazenda-hotel Santa Rosa, próxima a Porto Jofre, durou mais de oito horas. Até Poconé, a 100 km da capital, os garimpos são incontáveis. Um deles é de propriedade do ex-prefeito de Poconé, Arlindo Angelo. O deputado Fábio Feldmann, se dizendo revoltado com que presenciava, acusou os governos estadual e federal pelo que é o Brasil de hoje: "uma vergonha".

Ulysses resiste com Virgílio ao parlamentarismo

BRASÍLIA — Dois ex-ministros do primeiro gabinete parlamentarista do Brasil — o deputado Ulysses Guimarães (ex-ministro da Indústria e do Comércio) e o senador Virgílio Távora (ex-ministro da Viação e Obras Públicas) — afirmam: o parlamentarismo nunca deu certo. Reconhecem que, apesar de serem "presidencialistas convictos", nada podem fazer para conter a euforia da Constituinte por esse sistema de governo.

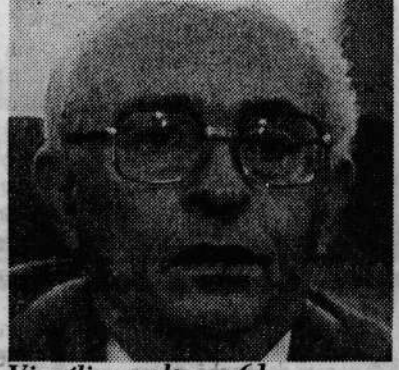
— Se não podemos evitá-lo, devemos pelo menos lutar para que o parlamentarismo não repita os erros do passado", disse Ulysses ao senador. Os dois conversaram sobre a tendência parlamentarista da Constituinte durante almoço que o casal Afrânio Nabuco ofereceu em comemoração ao aniversário do jornalista Carlos Castello Branco. Na verdade, eles não chegaram a discutir as inconveniências do sistema e se detiveram mais a recordar os bons tempos em que estiveram juntos pela primeira vez, no gabinete do primeiro-ministro Tancredo Neves. Ulysses era do PSD e Távora da UDN, hoje um é do PMDB e outro do PDS.

— Que não deu certo, não deu. Mas éramos um ministério forte, tanto assim que nos derrubaram meses depois — lembrou Ulysses.

A conversa foi interrompida pela chegada do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que é também presidencialista. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, já havia passado pela roda e deixado a sua impressão de que dificilmente o parlamentarismo deixará de ser aprovado. O ministro Aureliano Chaves, também partidário do presidencialismo, que divide com Ulysses a liderança da Aliança Democrática, em outra roda também reconheceu ser o parlamentarismo a tese hoje majoritária.

O deputado Ulysses Guimarães durante o almoço fez uma consulta entre os presentes a respeito das preferências pelo sistema de governo. Não encontrou praticamente ninguém discordante, inclusive quanto ao reconhecimento da predominância do tema dentro da Constituinte. Isso o levou a concluir que os próprios presidencialistas ouerem um sistema híbrido, mas com um executivo forte. E ressaltou também que o fato de seu nome estar sendo lembrado para primeiro-ministro não quer dizer que já tenha sido convertido ao parlamentarismo.

Arquivo 30/6/86



Virgílio: volta a 61

Disposição transitória poderá virar projeto

O grupo de oito parlamentares que ajuda o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na redação do anteprojeto da Constituição concluiu que é impossível incluir no texto as cerca de 120 disposições transitórias aprovadas pelas comissões temáticas. O deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), integrante do grupo, sugeriu o envio ao plenário de um projeto separado, só com esses artigos.

Os relatores auxiliares passaram o dia detectando as contradições entre as propostas das comissões. O emprego dos recursos do Finsocial previsto pela Comissão da Ordem Social inviabiliza a descentralização dos encargos da União, além de desmontar todo o sistema de distribuição da receita fiscal idealizado pela Comissão do Sistema Tributário.

Por insistência do senador Virgílio Távora (PDS-CE), o grupo vai sugerir a Cabral que sejam reduzidos os poderes atribuídos ao Congresso pelos substitutos das comissões. "Essas propostas dão uma extensão colossal à atuação do Congresso", condenou Virgílio. Ele quer que sejam suprimidas das prerrogativas do Legislativo, por exemplo, as atribuições de dar e renovar concessões de emissoras de rádio e televisão, fiscalizar as empresas multinacionais e autorizar previamente a instalação de usinas nucleares.

Virgílio quer, também, que o anteprojeto da Sistematização estabeleça a

adoção gradual de medidas como estabilidade no emprego, 40 horas semanais de trabalho, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e universalização da seguridade social. Para o senador, a economia não resistiria ao impacto se tudo isso entrasse em vigor com a promulgação da Constituição.

O grupo de relatores auxiliares está em dúvida também sobre a criação do Superior Tribunal de Justiça, da Corte Constitucional e do sistema parlamentarista de governo. Na reunião de ontem denunciou-se também as imprecisões constantes do projeto da Comissão da Ordem Econômica. Essas impropriedades, segundo os parlamentares que colaboram com o relator Bernardo Cabral, começam pelo conceito de empresa nacional.

Virgílio redigiu um conceito de empresa nacional para ser proposto a Cabral. Mas sua definição não difere muito da aprovada na Comissão da Ordem Econômica, até porque considera brasileiras empresas em mãos de estrangeiros que se denominem nacionais: "Empresa nacional é a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório, tecnológico e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país ou por entidades de direito público interno."

Sistematização abrirá projeto da Carta com os direitos do cidadão

BRASÍLIA — O anteprojeto da Constituição começará pelo capítulo dos direitos do cidadão, anunciou o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos parlamentares da equipe que assessorou o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na preparação do texto que será enviado ao plenário.

"Todas as constituições dos estados totalitários, como é a atual do Brasil, imposta pelo regime militar, começam pela organização do Estado. Iniciar pela definição das liberdades do indivíduo segue o exemplo dos países democráticos", justifica Jobim.

Pontos pacíficos — No esquema de trabalho que adotou, Cabral dividiu em dois grupos os parlamentares por ele convocados para auxiliá-lo. O primeiro grupo é dos *relatores adjuntos*: Jobim e os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Wilson Martins (PMDB-MS) e José Inácio (PMDB-ES). O outro grupo é dos *relatores auxiliares*, no qual estão os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ).

A missão dos *relatores auxiliares* é identificar os pontos de conflito nos substitutos enviados pelas comissões temáticas e alertar o relator da Comissão de Sistematização. Os *adjuntos* estão empenhados em cruzar as informações fornecidas pelo Prodasen, serviço de processamento de dados do Senado, que executa a tarefa de ordenar as propostas em títulos, capítulos e seções, para definir o anteprojeto.

Decidido que o primeiro título será o das liberdades individuais, passou-se a organizar os capítulos: direitos individuais, direitos sociais, direitos coletivos e direitos políticos. A partir daí, o conteúdo dos relatórios recebidos do Prodasen começou a ser distribuído pelos respectivos capítulos. O critério é agrupar primeiro os itens que não provocam controvérsia, depois os que se completam e, por último, os que se contradizem.

Exemplo de ponto pacífico é a fixação do mandato do presidente José Sarney em cinco anos, aprovada pelas comissões da Organização dos Poderes e da Organização Eleitoral. Como a Sistematização não pode, nesta primeira fase de seus trabalhos, alterar as propostas recebidas das comissões temáticas, os cinco anos serão incluídos no anteprojeto que irá a plenário.

O direito de voto é um item em que há convergência de propostas. A Comissão da Soberania acha que o voto deve ser facultativo na faixa etária de 16 a 18 anos, e obrigatório a partir dos 18. Como o voto é um direito político do cidadão, será aproveitada apenas a proposta que faculta o voto a partir dos 16 anos.

Conflitos — Item que provoca conflitos é a questão do direito à propriedade agrária. A Comissão da Ordem Social entendeu que a propriedade é direito de todo trabalhador rural. Isso será incluído no capítulo dos direitos sociais, onde deverá constar, também, a proposta da Comissão da Soberania, que prevê os critérios de desapropriação pelo não uso, uso indevido e uso especulativo da terra. Mas as duas disposições chocam-se com o que foi proposto para a reforma agrária.

A divergência exigirá que, no capítulo referente à reforma agrária, seja buscada uma fórmula conciliatória, obrigando a Comissão de Sistematização a modificar propostas recebidas. Como será uma decisão política, isso caberá à cúpula do PMDB, em acordo com o relator Bernardo Cabral.

Os *relatores auxiliares* estão empenhados no trabalho artesanal de cruzamento das informações dos relatórios das comissões. Eles não pretendem, oficialmente, fazer sugestões, mas em conversas informais começam a tomar posições. O deputado Vivaldo Barbosa, por exemplo, acha que o voto obrigatório a partir de 18 anos é o suficiente. "Mas a decisão é do relator", ressalvou.

No caso da Comissão da Ciência e Tecnologia — onde não houve acordo para aprovação de substitutivo — Cabral pediu a Vivaldo que fizesse uma coletânea dos pontos de consenso surgidos durante o debate. Ocorre que a iniciativa do deputado pedetista deverá colidir com a dos *relatores adjuntos*, que trabalham no mesmo tema mas usando o projeto do relator da Comissão da Ciência e Tecnologia, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), que foi rejeitado. É mais um conflito para Cabral resolver.

Newton pode dar vaga a Abi-Ackel no Congresso

BELO HORIZONTE — O governador Newton Cardoso está concluindo um acordo político com o PDS em Minas, para receber o apoio de suas bancadas estadual (quatro deputados) e federal (três), destinando ao partido alguns cargos na administração estadual. Ele pode, inclusive, recrutar o deputado Antônio Melo Reis (PDS-MG) para uma secretaria de estado a ser criada, a de Assuntos Metropolitanos, abrindo vaga ao primeiro suplente, ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel, que teve 22 mil 829 votos em novembro passado.

A revelação dos entendimentos com o PDS foi feita pelo próprio governador, que disse já ter destinado um cargo para o ex-deputado estadual Mário Pacheco, irmão do ex-governador Rondon Pacheco, ambos derrotados ano passado. O primeiro tentou reeleger-se e o segundo buscando uma vaga no Senado, pelo PDS. O líder do PDS na Assembléia Legislativa, deputado Samir Tannus, confirmou os entendimentos com o governador Newton Cardoso e disse que, caso Ibrahim Abi-Ackel volte à Câmara, "a Constituinte vai ganhar um grande jurista".

Os entendimentos do PDS com o governador Newton Cardoso começaram quando o senador Itamar Franco, então candidato do PL ao governo de Minas, rejeitou o apoio dos pedessistas. Estes decidiram não apenas lançar candidato próprio, o senador Murilo Badaró, mas também funcionar com o objetivo de derrotar o senador Itamar Franco, o que acabou ocorrendo, porque Badaró conseguiu 337 mil votos e a diferença de Cardoso sobre Franco foi de apenas 299 mil. Não fosse a candidatura Badaró, essa diferença talvez fosse favorável, em boa parte, ao candidato da coligação liderada pelo PFL, Itamar Franco.

Falta de apoio — O líder do PDS, deputado Samir Tannus, disse que seu partido não pretende "nenhum ato político, como nomeação de delegado, professora, etc. O entendimento é com o governador do estado e não com o PMDB", explicou. Também o líder do PMDB e do governo, deputado Felipe Nery, confirmou os entendimentos, mas disse que a bancada do seu partido não aceita dividir o poder com o PDS.

O governador Newton Cardoso não esconde seu desejo de ampliar suas bases parlamentares, onde conta com uma maioria constituída pela bancada do PMDB (41 deputados), mais a bancada do PTB (três).